



REVISTA DE DIREITO DA CIDADE

EDITORIAL PARA O VOL. 14-1 (2022)

Maurício Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.01., 2022.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: [10.12957/rdc.2022.64893](https://doi.org/10.12957/rdc.2022.64893) | ISSN 2317-7721

A Revista de Direito da Cidade, revista classificada pelo MEC/CAPES como Qualis A1, Direito e cadastrada na Web of Science, nesse número 01, volume 14, de 2022, tem o prazer de informar que um dos principais índices de internacionalização e de visibilidade de uma revista científica em diferentes bases de dados científicos de alcance internacional é aquele calculado pela Matriz de Informações para Análise de Revistas – MIAR da Universidade de Barcelona, Espanha, que calcula o ICDS (Índice Composto de Difusão Secundária). Esse índice composto é calculado a partir de 05 bases globais de citações, 08 bases globais de dados multidisciplinares, 95 bases de dados especializados e 07 bases de dados internacionais de avaliação de revistas.

Sobre o índice ICDS cabe dizer que ele é um indicador que mostra a visibilidade de uma revista científica em diferentes bases de dados científicos de alcance internacional. Um ICDS elevado significa que a Revista está presente em diferentes fontes de informação de relevância internacional ao redor do mundo. O índice tem um valor máximo de 11 (onze) pontos, o que significa que a Revista é disseminada internacionalmente.

Nossa Revista de Direito da Cidade, agora em 2021, foi reclassificada pelo sistema da Universidade de Barcelona, Espanha, como uma revista de alcance internacional e disseminada nos sistemas de informação de revistas mundiais, alcançando a boa marca do índice ICDS de 9,7 (nove, vírgula cinco) pontos.

Esse índice de internacionalização é um dos melhores índices alcançados por uma Revista jurídica brasileira e não muito longe das revistas científicas brasileiras de outras áreas melhor colocadas (Revista Dados, etc.), a demonstrar a exogenia e a internacionalização de nossa Revista.

Publicamos neste número o artigo “Los colectivos de víctimas y el acceso a la justicia en México” de Mónica Natalia Martínez Mejía, Doutora e Mestre em Estudos Jurídicos, Licenciada em Direito pela Universidade Autônoma do Estado do México, e de Fátima Esther Martínez Mejía, Mestre em Humanidades e Licenciada em Direito pela Universidade Autônoma do Estado do México. Doutoranda em Estudos Latinoamericanos pela mesma universidade e professora a nível de licenciatura. Nesse artigo as autoras analisam o impacto dos grupos de vítimas no acesso à justiça, na tomada de decisões e na redução da insegurança no México. Para isso é imperativa a revisão do artigo 17 da Constituição do México em relação à proibição de que ninguém possa fazer justiça por si mesmo e, no qual é garantido o direito à justiça administrada por tribunais, não admitindo exceções em nenhuma circunstância. A partir de uma abordagem de direitos humanos por meio do método analítico e da pesquisa documental, é feita uma reflexão sobre a sociedade civil organizada como sujeito político, que muitas vezes substituiu as funções estatais de busca e localização de desaparecidos.



Pretende-se saber se, dentro dos limites da democracia participativa, os cidadãos podem aceder à justiça de forma horizontal e assim influenciar a vida pública do país. A resposta é afirmativa, a ação dos grupos de vítimas oferece resultados louváveis que marcam um caminho para a defesa e promoção dos direitos humanos, dos direitos das vítimas e da visibilidade dos desaparecidos como resultado do fracasso do Estado mexicano em matéria de segurança pública.

Como nos números anteriormente publicados, no atual volume 14, número 01, publicamos 20 (vinte) artigos inéditos, sendo 05 artigos de professores estrangeiros: o já citado "Los colectivos de víctimas y el acceso a la justicia en México" de Mónica Natalia Martínez Mejía, Doutora e Mestre em Estudos Jurídicos, Licenciada em Direito pela Universidade Autônoma do Estado do México, e de Fátima Esther Martínez Mejía, Mestre em Humanidades e Licenciada em Direito pela Universidade Autônoma do Estado do México. Doutoranda em Estudos Latinoamericanos pela mesma universidade e professora a nível de licenciatura, México; "Participación política ciudadana en Michoacán" de Yurisha Andrade Morales, Doutora em direito com menção honrosa *Cum Laude* pela Universidade Complutense de Madrid. Doutora em Direito pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado de Michoacán. Mestre e Licenciada em Direito pela Universidade Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Coordenadora do Mestrado em Direito Constitucional na Universidade Latina da América e catedrática na mesma universidade, así como da Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México; "Traços e retratos da imprensa on-line sobre o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação como ferramentas de suporte ao crime organizado em Roraima, Brasil" de Maria João Leote de Carvalho, Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS da Universidade Nova de Lisboa e Consultora da Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Crianças e Jovens em Risco. Membro do International Advisory Group (IAG), Portugal e Janaine Voltolini de Oliveira, Pós-doutoranda do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal; "Desarrollo, gobernanza y resiliencia. Una visión global en la era post COVID-19" de Maria Fatima Pinho de Oliveira, Doutora em Direito Internacional Público, com Menção em Direitos Humanos (ULAC). Mestre e Especialista em Direito Penal (USM). Advogado (USM). Professor Associado do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade Simón Bolívar. (USB), Venezuela e "Money laundering in Tijuana, Mexico (2000-2020)" de Zulia Yanzadig Orozco Reynoso, Pesquisadora em tempo integral, Instituto de Pesquisas Sociais, Universidade Autônoma de Baja California. Mexicali, México.



Em nossa seção Ensaio publicamos 05 (cinco) ensaios inéditos, sendo dois sobre o direito à cidade: “Autonomia e importância do direito da cidade” e “O direito a cidades sustentáveis na ordem jurídica brasileira e o caminho para a urbanização racional”.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e também de muitos países estrangeiros, em um total de mais de 420 pareceristas avaliadores.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista de Direito da Cidade está indexada.

Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista de Direito da Cidade são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota
Editor da Revista de Direito da Cidade

Sobre o autor:

Maurício Jorge Pereira da Mota

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Procurador do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: boa-fé, contratos, proteção ao devedor, políticas públicas, direito ambiental e controle da administração pública.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.01., 2022.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: 10.12957/rdc.2022.64893 | ISSN 2317-7721